



Caros Leitores,

Chegamos ao final de 2014 e com ele fechamos mais um fascículo do volume 16, que traz como temática a *Educação Ambiental e Políticas Públicas na Educação*. Percebemos que na nossa revista não havíamos contemplado nem publicado nada a respeito, e por colaborar no enriquecimento da revista, ousamos colocar à tona um tema pouco pautado no meio educacional, mas que é de grande e suma relevância.

Neste fascículo, cujo edital esteve aberto de 26 de setembro a 14 de novembro, foram avaliados pelos pareceristas *ad hoc* 11 trabalhos sobre a temática em questão, sendo nove publicados na *Seção ARTIGOS*, um na *Seção RELATO DE EXPERIÊNCIA* e um na *Seção PESQUISA*

Dando início aos trabalhos, trazemos a contribuição de Ivan Fortunato (Instituto Federal de São Paulo) com o artigo “Meio ambiente ou (meio ambiente): o desafio da educação frente ao paradoxo ambiental”, em que o autor tem como objetivo elucidar questões fundamentais a respeito do estado planetário referido como crise ambiental, tratando especificamente do papel da educação no enfrentamento dessa crise. Ele apresenta a ideia de que a percepção e a compreensão sobre o meio ambiente encontram-se, paradoxalmente, segregadas em duas grandes vertentes distintas e contraditórias, que ele nomeia como “meio ambiente sem parênteses” e “meio ambiente entre parênteses”. O autor espera compartilhar uma visão qualificada para os leitores sobre Educação Ambiental na qualidade de dimensão histórica, crítica e transformadora do próprio meio ambiente, ao mesmo tempo em que se deseja motivar futuras pesquisas, ainda mais densas.

No segundo artigo, intitulado “Por um envolvimento na educação ambiental”, Fabio Pessoa Vieira (Universidade Federal do Tocantins), discursa que a busca por um outro envolvimento na educação ambiental é uma perspectiva de envolver-se epistemologicamente com uma outra possibilidade de construção das relações ambientais no processo ensino-aprendizagem, tendo como caminho a compreensão da relação do homem com o meio ambiente e as suas formas de produção territoriais, tendo

como ponto deflagrador para tal o envolvimento com o lugar. Assim, o autor propõe apresentar a perspectiva pela buscar neste estudo da construção de outras possibilidades de compreender o desenvolvimento sustentável na Educação Ambiental, destacando a possibilidade de pensar essa educação a partir de um diálogo de saberes, da percepção e das experiências de diversos grupos sociais que em diferentes espaços produzem territorialidades construídas a partir do envolvimento com o lugar.

No terceiro artigo, Lucimare Ferraz, Wanessa Fritsch, Elisangela Argenta Zabnatta, Maria Luiza B. Brum, Lucineia Ferraz e Carla Argenta (todas da Universidade Federal de Santa Catarina), autoras do estudo “Adolescentes do meio rural: riscos, Educação Ambiental e autocuidado”, têm o objetivo de promover a Educação Ambiental sob a perspectiva do autocuidado de adolescentes trabalhadores do meio rural. Trata-se de uma pesquisa-ação, desenvolvida com estudantes que frequentavam a 8ª série de uma escola pública do meio rural no município de Seara (SC).

No quarto trabalho intitulado “Modos de atualizar o enunciado catastrófico do planeta Terra na revista *Veja*”, Bárbara Hees Garré e Paula Corrêa Henning (ambas da Universidade Federal do Rio Grande) abordam o modo pelo qual a mídia brasileira, especialmente a revista *Veja*, tem abordado a problemática ambiental da atualidade.

Fechando a temática sobre *Educação Ambiental*, Cibele da Costa Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande), Julio Cesar Bresolin Marinho (Universidade Federal do Pampa) e Cariane Campos Trigo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), apresentam o artigo “Percepção de estudantes que visitam um projeto sobre biologia e conservação de tartarugas marinhas”, que teve como objetivo analisar a percepção, a respeito das tartarugas marinhas, de estudantes que visitaram as bases do TAMAR, nas cidades de Florianópolis (SC) e Ubatuba (SP).

Na sequência, com uma nova temática até a *Seção PESQUISA* enfatizamos as *Políticas Públicas na Educação*, tendo como contribuintes Rosana Sousa Pereira Lopes (Universidade Estadual de Londrina), Luciane Guimarães Batistella Bianchini (Universidade Estadual de Londrina) e Nelson Pedro Silva (Universidade Estadual

Paulista) com o artigo “Marcos legais para os cursos de graduação em Pedagogia no Brasil: análise das atribuições do pedagogo”. Nele, os autores discorrem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais atuais estabelecidas como parâmetros para os cursos de Pedagogia, que seriam a formação de docentes e de profissionais para a realização de atividades de apoio escolar (gestão) e pesquisas educacionais. O objetivo dos autores foi o de analisar as atribuições do pedagogo desde 1930. Para tal, realizaram uma análise documental das principais leis que nortearam as atividades realizadas por esse profissional durante esse período. Buscaram demonstrar como o pedagogo se transformou de “velho” mestre-escola (1854-1880) em professor de instrução primária (final dos séculos XIX e XX) e, hodiernamente, em um “faz tudo” nas escolas e nas instâncias de administração dessas instituições.

No sétimo artigo, Graziela Giacomazzo (Universidade Extremo Sul Catarinense) e Denise Leite (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), com o artigo intitulado “O mestrado profissional no âmbito das políticas públicas na educação: reflexões sobre a produção do conhecimento científico” abordam o ensino *stricto sensu*, especificamente o Mestrado Profissional (MP). As autoras apresentam essa área de ensino a partir do seu contexto histórico, no âmbito dos estudos e análises que se ocupam em configurar o lugar dessa formação no ensino da pós-graduação no Brasil. Para tanto, consideraram os acontecimentos que marcaram a sua criação e inserção no Brasil, identificando as políticas públicas na educação que contribuíram para a efetivação de sua legislação e abrangência.

No oitavo artigo, Ieda Maria Kleinert Casagrande (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), Sueli Menezes Pereira (Universidade Federal de Santa Maria) e Daniele Rorato Sagrillo (Universidade Federal de Santa Maria) apresentam o texto sobre “O Banco Mundial e as políticas de formação docente no Brasil”. As autoras se pronunciam sobre a articulação entre as políticas de formação de professores e as interferências das agências internacionais multilaterais, em especial o Banco Mundial (BIRD). Elas realizaram, por meio de pesquisa documental, uma análise de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) sobre formação de professores, documentos do BIRD e da Unesco. Elas concluem que as instituições formadoras voltam seus

objetivos para adequar a força de trabalho aos ditames do capital, transferindo a escola da esfera política para a esfera do mercado.

Em fim, no último trabalho da *Seção ARTIGOS*, Eric Ferdinando Kanai Passone (Universidade de São Paulo) contribui com o texto “Mal-estar na política: notas de psicanálise, educação e cultura”. O autor inscreve uma leitura sobre o mal-estar na política contemporânea, afirmando que no campo do discurso psicanalítico, seguindo a trilha deixada por Freud, ao iniciar a investigação da dimensão psíquica da política, Jacques Lacan propôs uma lógica interna ao pensamento psicanalítico, o qual abriu uma via à política do desejo – causada pela Lei do Desejo. Assim, ao interrogarmos o discurso moderno em torno do estado de serviços de bens, a psicanálise revela a ilusão que representa o direito à felicidade como um fator universal, operando a obliteração do sujeito do desejo.

Saímos da *Seção ARTIGOS* e passamos para a *Seção RELATO DE EXPERIÊNCIA*, cuja contribuição é o trabalho “A formação de professores para a inserção da prática ambiental: um relato de experiência” de autoria de Ediane Machado Wollmann, Ana Paula Santos de Lima, Daniela Sastre Rossi e Félix Alexandre Antunes Soares (todos da Universidade Federal de Santa Maria), trazendo o relato, em que apresentam a descrição de um Curso de Formação realizado com docentes da rede pública de ensino, que teve por objetivo auxiliá-los na inserção e prática da Educação Ambiental em uma perspectiva interdisciplinar. A pesquisa configurou-se como um estudo de caso, com abordagem descritivo-qualitativa, realizada com professores de uma escola estadual no município de Santa Maria (RS).

Finalizando com a *Seção PESQUISA*, com o trabalho “Alargamento das funções da escola: Educação Ambiental e sustentabilidade”, de autoria de Ana do Carmo Goulart Gonçalves, Cleuza Maria Sobral Dias e Maria Renata Alonso Mota (todas da Universidade Federal do Rio Grande) os autores apresentam resultados de uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande – FURG e que objetivou compreender os deslocamentos operados nas políticas públicas concernentes ao ciclo da infância. O estudo encontra-se ancorado na perspectiva pós-estruturalista e elege Foucault e Guattari para subsidiá-la. Os autores concluem que as políticas

públicas, em consonância com tais discursos, alargam as funções da escola para fabricar uma infância voltada para um mercado desenhado por uma racionalidade política neoliberal.

Assim, finalizamos mais uma edição do ciclo do volume 16 da ETD, e, em razão do espaço na revista, gostaria de deixar aqui o registro de meus agradecimentos a todos (autores, editores, revisores, colaboradores, bibliotecários etc.) que participaram comigo da jornada da construção da revista ETD – Educação Temática Digital ao longo desses 16 anos de sua existência, consolidando-a como uma publicação importante na área da Educação, e obtendo a nota máxima no estrato A1 do Qualis/Capes.

Desejamos a todos um excelente e maravilhoso 2015, e que possamos acreditar no ano que nasce com novos horizontes e novas perspectivas para o crescimento da revista ETD no que tange à sua qualidade e abertura no campo científico da educação.

Boa leitura!

Gildenir Carolino Santos
Editor Científico
Dez/2014